

Sumário

| | |
|---|------|
| Apresentação – Ana Paula Rocha do Bomfim..... | xi |
| Prefácio – Renata Malta Vilas-Bôas..... | xiii |
| Capítulo 1 – Os MESC’s – Métodos Extrajudiciais de Solução de Controvérsias – Hellen Monique de Menezes e Renata Malta Vilas-Bôas..... | 1 |
| 1. Os Meios Extrajudiciais de Soluções de Controvérsias..... | 1 |
| 1.1. Conceito de MESC’s..... | 6 |
| 1.2. Tipologia dos MESC’s..... | 8 |
| 1.2.1. Negociação..... | 9 |
| 1.2.2. Mediação..... | 11 |
| 1.2.3. Conciliação..... | 13 |
| 1.2.4. Arbitragem..... | 15 |
| 1.3. Os MESC’s no Mundo Contemporâneo..... | 16 |
| Capítulo 2 – A Teoria Geral do Conflito – Kennedy Alecrim..... | 19 |
| 2.1. Conceito de Conflito..... | 20 |
| 2.2. Origens do Conflito..... | 21 |
| 2.3. Efeitos e Análise do Conflito..... | 21 |
| 2.4. Administração do Conflito: transformando as diferenças em resolução de problemas..... | 24 |
| 2.5. Natureza do Conflito..... | 26 |
| 2.6. Resolução dos Conflitos..... | 27 |
| 2.7. Estilos de comportamento diante do Conflito..... | 30 |
| 2.8. Posição e Interesse..... | 32 |
| Capítulo 3 – Teoria da Comunicação e Ação Comunicativa na Resolução de Controvérsias – Kennedy Alecrim..... | 35 |
| 3.1. O papel da comunicação..... | 36 |
| 3.1.1. O processo da comunicação..... | 37 |
| 3.1.2. Estratégias da comunicação..... | 39 |
| 3.1.3. A comunicação, o conflito e a cultura..... | 41 |
| 3.2. O <i>Rapport</i> | 43 |
| 3.3. A escuta dinâmica..... | 47 |
| 3.4. A utilização de perguntas..... | 48 |
| 3.5. A comunicação negativa..... | 52 |

| | |
|---|----|
| Capítulo 4 – A Mediação – Ana Livia Figueiredo Braga e Kennedy Gomes <i>de Alecrim</i> | 53 |
| 4.1. Conceito de Mediação | 53 |
| 4.2. Vantagens da Mediação | 55 |
| 4.3. Espécies de Mediação..... | 56 |
| 4.4. A figura do mediador..... | 57 |
| 4.4.1. Quem pode atuar como mediador | 57 |
| 4.4.2. Habilidades e qualidades do mediador | 58 |
| 4.4.3. O que faz o mediador | 59 |
| 4.5. Indicação para a utilização da Mediação | 60 |
| 4.6. A co-mediação..... | 61 |
| 4.7. O caucus | 61 |
| 4.8. O procedimento de mediação | 61 |
| 4.8.1. A etapa pré-mediação | 61 |
| 4.8.2. Primeira Etapa – Introdução | 62 |
| 4.8.2.1. Apresentação do mediador..... | 62 |
| 4.8.2.2. Apresentação do instituto da mediação | 62 |
| 4.8.2.3. Apresentação do procedimento – etapas da Mediação... .. | 63 |
| 4.8.2.4. Conquista da confiança das partes..... | 63 |
| 4.8.3. Segunda Etapa – Exposição do problema | 63 |
| 4.8.3.1. Relato das partes..... | 63 |
| 4.8.3.2. Coleta e análise de informações..... | 63 |
| 4.8.3.3. Projeção do planejamento do procedimento | 63 |
| 4.8.3.4. Definição das questões | 64 |
| 4.8.4. Terceira Etapa – Resumo e ordenamento do problema | 64 |
| 4.8.5. Quarta Etapa – Descobrendo pontos ocultos..... | 64 |
| 4.8.5.1. Interesse e Posição..... | 65 |
| 4.8.5.2. Utilização da técnica das perguntas..... | 65 |
| 4.8.6. Quinta Etapa – Construindo soluções | 65 |
| 4.8.7. Sexta Etapa – Elaborando o termo de acordo | 65 |
| 4.9. A ética na mediação | 66 |
| Capítulo 5 – A Conciliação – Ana Paula Rocha do Bomfim | 69 |
| 5.1. Conceito de Conciliação | 69 |
| 5.2. Espécies de Conciliação | 70 |
| 5.3. A figura do Conciliador | 72 |
| 5.3.1. Na conciliação extrajudicial | 73 |
| 5.3.2. Na conciliação judicial..... | 73 |
| 5.4. O procedimento de conciliação | 73 |
| Capítulo 6 – Noções e Fontes da Arbitragem – Gerson Martins de Souza e <i>Hedel de Andrade Torres</i> | 75 |
| 6.1. Histórico da Arbitragem..... | 75 |
| 6.1.2. A Arbitragem no Brasil | 78 |

| | |
|--|------------|
| 6.2. Conceito e natureza jurídica | 79 |
| 6.3. Características da Arbitragem | 80 |
| 6.4. Classificação da Arbitragem | 81 |
| 6.4.1. Arbitragem facultativa e obrigatória | 81 |
| 6.4.2. Arbitragem formal e informal..... | 81 |
| 6.4.3. Arbitragem interna e internacional..... | 81 |
| 6.4.4. Arbitragem de Direito e Arbitragem de Equidade | 82 |
| 6.4.5. Arbitragem “ad hoc” e Arbitragem institucional..... | 82 |
| Capítulo 7 – A Convenção de Arbitragem – Renata Malta Vilas-Bôas | 83 |
| 7.1. A Cláusula Compromissória | 87 |
| 7.1.1. Condições de validade | 88 |
| 7.1.2. Espécies de Cláusula Compromissória | 97 |
| 7.1.2.1. Natureza Jurídica da Cláusula Compromissória | 101 |
| 7.1.3. Eficácia da cláusula compromissória | 102 |
| 7.1.3.1. Autonomia da Cláusula Compromissória..... | 102 |
| 7.1.3.2. Auto-suficiência da Cláusula Compromissória | 103 |
| 7.1.4. Efeitos da cláusula compromissória | 104 |
| 7.1.4.1. Com relação às Partes..... | 104 |
| 7.1.4.2. Com relação a terceiros | 105 |
| 7.1.5. Extinção da Cláusula Compromissória | 106 |
| 7.1.6. Estrutura da Cláusula Compromissória | 106 |
| 7.2. O Compromisso Arbitral | 107 |
| 7.2.1. Classificação do Compromisso Arbitral quanto à origem | 108 |
| 7.2.2. Necessidade de celebração de um compromisso arbitral diante da cláusula compromissória completa | 110 |
| 7.2.3. Conteúdo do Compromisso Arbitral | 110 |
| 7.2.4. Efeitos do Compromisso Arbitral | 112 |
| 7.2.5. Extinção do Compromisso Arbitral | 113 |
| Capítulo 8 – O Árbitro – Cristina Klose Parise..... | 115 |
| 8.1. Primeira Etapa – A figura do árbitro | 115 |
| 8.1.1. Condições para atuação enquanto árbitro | 122 |
| 8.1.2. Perfil e habilidade do árbitro | 123 |
| 8.1.3. Responsabilidade do Árbitro..... | 127 |
| 8.2. Segunda Etapa – O tribunal arbitral | 130 |
| 8.2.1. Designação dos árbitros | 131 |
| 8.2.2. Obstáculos à constituição | 132 |
| Capítulo 9 – O Procedimento Arbitral – Kennendy Gomes Alecrim e Hedel de Andrade Torres | 135 |
| 9.1. Regras aplicáveis ao procedimento arbitral..... | 136 |
| 9.1.1. A vontade das partes..... | 136 |
| 9.1.2. A vontade do árbitro | 137 |

| | |
|---|------------|
| 9.2. Instauração do procedimento arbitral | 139 |
| 9.2.1. Instauração na esfera privada..... | 140 |
| 9.2.2. Instauração da esfera estatal..... | 140 |
| Capítulo 10 – A Sentença Arbitral – Ana Paula Rocha do Bomfim e Cristina Klose Parise..... | 145 |
| 10.1. Do prazo para proferir a sentença arbitral | 147 |
| 10.2. Da irrecorribilidade da sentença arbitral | 147 |
| 10.3. Dos elementos essenciais da sentença arbitral..... | 148 |
| Capítulo 11 – A Fase Pós-Arbitral – Ana Paula Rocha do Bomfim e Hedel de Andrade Torres | 153 |
| 11.1. O controle judiciário da sentença arbitral..... | 153 |
| 11.1.1. Ação do art. 33 da Lei de Arbitragem | 154 |
| 11.1.2. Nulidade e Anulabilidade da sentença arbitral..... | 154 |
| Capítulo 12 – A Sentença Arbitral Estrangeira – Leonardo Aquino | 161 |
| 12.1. Legislação vigente | 161 |
| 12.2. Sentença estrangeira | 164 |
| 12.3. A atuação das partes..... | 165 |
| 12.3.1. Sistemas de recepção de sentenças estrangeiras..... | 166 |
| 12.3.2. Homologação da sentença arbitral estrangeira no Direito brasileiro | 166 |
| 12.3.3. Natureza jurídica da homologação do julgado estrangeiro | 167 |
| 12.3.4. Procedimento de homologação..... | 169 |
| 12.4. Oposição da parte inadimplente (demandado) | 172 |
| 12.4.1. Pressupostos extrínsecos da homologação..... | 173 |
| 12.4.2. Pressupostos intrínsecos da homologação | 173 |
| 12.4.3. Razões apreziadas de ofício pelo Poder Judiciário..... | 174 |
| 12.4.3.1. Arbitrabilidade | 174 |
| 12.4.3.1.1. Arbitrabilidade Subjetiva..... | 175 |
| 12.4.3.2. Ordem Pública susceptível de impedir a homologação | 178 |
| Capítulo 13 – Mediação e a Terapia Comunitária: um Novo Fazer – Mar den Marques Soares Filho | 183 |
| Capítulo 14 – A Arbitragem na Recuperação Judicial de Empresas – Leonardo Aquino | 189 |
| 1. Introdução | 189 |
| 2. Recuperação extrajudicial..... | 190 |
| 3. Aspectos objetivos..... | 192 |
| 4. Requisitos gerais..... | 192 |
| 5. Arbitrabilidade dos direitos passíveis da recuperação | 193 |
| 6. Plano de recuperação extrajudicial..... | 195 |
| 7. Convenção de arbitragem..... | 196 |
| 8. Poder Judiciário ou Juízo arbitral | 198 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 15 – A Arbitragem nos Contratos Públicos – <i>Luis Fernando de Almeida do Vale Guilherme</i> | 201 |
| 1. Arbitragem e seu uso por empresas do setor público | 202 |
| 1.1. Arbitragem e Litígios Administrativos | 203 |
| 1.1.1. A Lei 8.666/1993 | 203 |
| 1.1.2. Lei nº 8.987/1995..... | 205 |
| 1.1.3. A Lei nº 9.307/96..... | 206 |
| 1.2. A Emenda nº 45 – A Reforma do Judiciário | 207 |
| 1.3. Lei nº 11.079/2004 – Parceria Público-Privada | 209 |
| 2. Conclusões | 211 |
| Capítulo 16 – A Arbitragem Trabalhista – <i>Daniza Rosário Borges e Daniela Leal Torres</i> | 213 |
| Introdução | 213 |
| 1. Noções preliminares sobre soluções de conflitos aplicadas às contro- vêrsias laborais | 214 |
| 1.1. Classificação | 214 |
| 1.2. A Arbitragem Trabalhista no contrato individual de trabalho..... | 215 |
| 2. A Arbitragem nos Dissídios Coletivos de Trabalho..... | 219 |
| 2.1. Dissídios Coletivos | 220 |
| Conclusão | 224 |
| Bibliografia | 227 |